

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 05/2020

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberto, o **Edital de Chamada Pública 05/2020**, que objetiva o **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, conforme Lei Federal nº 14.017/2020**, regido pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e demais legislações expressa no item 3, deste Edital.

1 - DO OBJETO

1.1. O presente chamamento, nos termos do item 7 deste Edital, objetivando o **credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para a realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais, conforme Lei Federal nº 14.017/2020**, nos moldes do descrito e estimado no **“Anexo A” – Termo de Referência ao presente Instrumento Convocatório**.

1.2. Os beneficiários dos recursos contemplados na Lei Federal 14.017/2020 e Decreto nº 10.464/2020 deverão residir e estar domiciliados no território nacional.

2 - DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Os recursos financeiros a serem utilizados serão atendidos pela dotação orçamentária: 11.01.13.392.0024. 2593. 339041 – Contribuições, constantes do orçamento-programa para o exercício econômico e financeiro de 2020, conforme art. 2º, inciso III, parágrafo 1º da Lei Federal nº 14.017/2020.

3 - DO SUPORTE LEGAL

3.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos legais:

- 3.1.1. Constituição Federal;
- 3.1.2. Lei Orgânica Municipal;
- 3.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações;
- 3.1.4. Lei Federal nº 14.017/2020;
- 3.1.5. Decreto nº 10.464/2020 e alterações;
- 3.1.6. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive, os princípios gerais de Direito.

4 - DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES E DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A Prefeitura fornecerá, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, cópia deste Edital com seus elementos técnicos constitutivos, no horário das 09:00 às 17:00 horas.

4.1.1. O Edital com seus elementos técnicos constitutivos também estarão disponíveis no site www.santagertrudes.sp.gov.br.

4.2. Em caso de não solicitação pelos proponentes, de esclarecimento e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

4.3. Não será permitida a participação de:

4.3.1. Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual E Municipal;

4.3.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas **OU** punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com este órgão licitante;

4.3.3. Empresas sob falência ou concordata.

5 - DOS PRAZOS - DOS DOCUMENTOS - DA PROPOSTA

5.1. As empresas / pessoas físicas interessadas poderão inscrever-se para o Credenciamento a partir da publicação do presente instrumento no Diário Oficial do Estado, mural de avisos da Prefeitura, jornal de grande circulação e no site do Município de Santa Gertrudes – www.santagertrudes.sp.gov.br.

5.2. Considerar-se-ão credenciadas as empresas / pessoas físicas que apresentarem os documentos enumerados no item 5.4.2. deste instrumento.

5.3. Os interessados poderão solicitar inscrição no Credenciamento no período de **19/10/2020 a 09/11/2020**.

5.3.1. As inscrições serão analisadas ao final do período estabelecido no item 5.3., e não será dado novo prazo para entrega de documentos faltantes, salvo disposições legais que tratam do assunto.

5.3.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.3., a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer terá o prazo de 10(dez) dias corridos para análise e avaliação dos documentos e projetos.

5.3.3. Findo o prazo estabelecido no item 5.3.2. será publicada a lista de classificação dos proponentes credenciados por mecanismo no DOE (Diário Oficial do Estado), site do Município de Santa Gertrudes: www.santagertrudes.sp.gov.br e mural de avisos do Paço Municipal, abrindo-se o prazo de 02(dois) dias úteis para eventual interposição de recursos.

5.3.4. O prazo para a avaliação dos recursos pela Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer será de 02(dois) dias úteis.

5.3.4.1. Se não houver interposição de recursos, o processo será encaminhado para homologação.

5.3.5. No caso de interposição de recursos, findo o prazo estabelecido no item 5.3.4. será publicada a lista **FINAL** de classificação dos proponentes credenciados por mecanismo no DOE (Diário Oficial do Estado), site do Município de Santa Gertrudes: www.santagertrudes.sp.gov.br e mural de avisos do Paço Municipal, e após 02(dois) dias úteis o processo será homologado.

5.3.6. Na data da homologação serão redigidos os termos de fomento avençando as responsabilidades das partes e demais cláusulas.

5.4. Os interessados deverão entregar no serviço de protocolo da Prefeitura, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, **no horário das 09:00 as 17:00 horas, dentro do período descrito no item 5.3.**, a documentação correspondente a sua participação, em envelope **opaco, indevassável e fechado**, contendo em sua parte externa o nome da empresa / pessoa física proponente e seu endereço, bem como o número do presente Edital de Chamamento, a saber:

5.4.1. Envelope de Documentos:

Prefeitura do Município de Santa Gertrudes;
Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP;
Envelope de Documentos;
Edital de Chamada Pública 05/2020;

Dados do Participante:
Razão Social:
Endereço Completo:
Telefone:
CNPJ:

5.4.2. Conteúdo do Envelope de Documentos:

5.4.2.1. Os documentos exigidos no envelope, **QUANDO O INTERESSADO FOR PESSOA JURÍDICA SÃO:**

5.4.2.1.1. Habilitação jurídica:

5.4.2.1.1.1. Registro Comercial, em caso de empresa individual;

5.4.2.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

5.4.2.1.1.3. Cédula de Identidade – RG dos sócios e/ou representantes legais da empresa;

5.4.2.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.4.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, do Ministério da Fazenda, com validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.2. A Fazenda Federal (consistindo em certidão negativa de tributos e contribuições federais, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, ou, Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União) (www.receita.fazenda.gov.br), **JUNTAMENTE COM A SEGURIDADE SOCIAL**, conforme Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014, Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.2.1. **Serão aceitas Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à seguridade social, fracionadas, desde que vigentes;**

5.4.2.1.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

5.4.2.1.2.4. Certificado de Regularidade – CRF perante os recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com validade em vigor, fornecido pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (www.caixa.gov.br);

5.4.2.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos, compreendendo Tributos Mobiliários, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor;

5.4.2.1.2.6. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal, dos sócios e/ou representantes legais da empresa (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.1.2.7. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

5.4.2.1.2.7.1. Considera-se Positiva com efeitos de Negativa a certidão em que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança;

5.4.2.1.2.8. As empresas que se encontrarem em recuperação judicial e/ou extrajudicial deverão apresentar as declarações constantes nos **Anexos I e J**. Caso o credenciado não apresente o comprovante de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e/ou Extrajudicial conforme compromisso assumido nos **Anexos I e J**, ficará impedido de assinar o termo de fomento, portanto, será considerado não credenciado e dar-se-á seguimento a lista de classificados para atendimento do objeto do certame.

5.4.2.1.2.8.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, referente a recuperação judicial e/ou extrajudicial, deve a empresa apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor;

5.4.2.1.2.8.2. A certidão referida no item 5.4.2.1.2.7.1, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente serão aceitas com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

5.4.2.1.3. Habilitação Técnica:

5.4.2.1.3.1. Apresentação do Projeto com Nome do projeto, Descrição, Objetivo, Público Alvo, Cronograma de execução e Plano de divulgação (Descrição pormenorizada de cada um desses itens consta no item 05 do Anexo A– Termo de Referência).

5.4.2.1.3.2. Currículo artístico detalhado do proponente com no máximo 02 (duas) páginas;

5.4.2.1.3.3. **Termos de compromisso do proponente e de todos os artistas envolvidos no projeto. No termo deverá conter: Nome completo, nº dos documentos RG e CPF e função a ser exercida no projeto. (Todos os termos devem ser assinados). (Modelo anexo B);**

5.4.2.1.3.4. Planilha orçamentária discriminando todos os gastos do projeto. Deve conter objeto, unidade, valor unitário e valor total. (Modelo anexo C);

5.4.2.1.3.4.1. Os proponentes devem estar cientes sobre o uso dos direitos autorais existentes. Caso se aplique, o valor deverá constar na planilha orçamentária. O proponente é inteiramente responsável pelos direitos autorais.

5.4.2.1.3.5. Comprovante de endereço do proponente;

5.4.2.1.4. Declarações:

5.4.2.1.4.1. Anexo D - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

5.4.2.1.4.2. Anexo G - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;

5.4.2.1.4.3. Anexo H - Declaração de anuência quanto a divulgação de dados;

5.4.2.1.4.4. Anexo I - Modelo de Declaração para empresas em recuperação judicial (**nos casos que couber**);

5.4.2.1.4.5. Anexo J - Modelo de Declaração para empresas em recuperação extrajudicial (**nos casos que couber**).

5.4.2.2. Os documentos exigidos no envelope, **QUANDO O INTERESSADO FOR PESSOA FÍSICA SÃO:**

5.4.2.2.1. Habilitação:

5.4.2.2.1.1. Cédula de Identidade – RG do interessado;

5.4.2.2.1.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do interessado (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.2.1.3. Certidão Conjunta Negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, conforme determina a Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº: 02, de 31 de agosto de 2005, com prazo de validade em vigor (www.receita.fazenda.gov.br);

5.4.2.2.1.4. Comprovação total de regularidade com o fisco municipal;

5.4.2.2.2. Habilitação Técnica:

5.4.2.2.2.1. Apresentação do Projeto com Nome do projeto, Descrição, Objetivo, Público Alvo, Cronograma de execução e Plano de divulgação; (Descrição pormenorizada de cada um desses itens consta no item 05 do Anexo A– Termo de Referência).

5.4.2.2.2.2. Currículo artístico detalhado do proponente com no máximo 02 (duas) páginas;

5.4.2.2.2.3. **Termos de compromisso do proponente e de todos os artistas envolvidos no projeto. No termo deverá conter: Nome completo, nº dos documentos RG e CPF e função a ser exercida no projeto. (Todos os termos devem ser assinados). (Modelo anexo B);**

5.4.2.2.2.4. Planilha orçamentária discriminando todos os gastos do projeto. Deve conter objeto, unidade, valor unitário e valor total. (Modelo anexo C);

5.4.2.2.2.4.1. Os proponentes devem estar cientes sobre o uso dos direitos autorais existentes. Caso se aplique, o valor deverá constar na planilha orçamentária. O proponente é inteiramente responsável pelos direitos autorais;

5.4.2.2.2.5. Comprovante de endereço do proponente;

5.4.2.2.3. Declarações:

5.4.2.2.3.1. Anexo D - Formulário de Dados Cadastrais e Declarações;

5.4.2.2.3.2. Anexo H - Declaração de anuência quanto a divulgação de dados.

5.5. A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o credenciamento do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para o credenciamento;

5.6. Notas explicativas importantes:

5.6.1. Os documentos para o credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia preferencialmente autenticada por tabelião de notas, por servidor da Prefeitura ou através de publicação na Imprensa Oficial.

5.6.2. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

5.6.3. Projetos incompletos serão automaticamente desclassificados.

5.6.4. Se o número de projetos inscritos nos mecanismos forem superiores a quantidade estabelecida no edital, será criada lista de projetos suplentes. Caso ocorra, a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer deverá apresentar justificativa dos projetos que ficarão nesta lista.

5.6.5. Caso os projetos inscritos não alcancem o valor total de R\$ 120.400,00, disponíveis para os editais, o valor restante poderá ser remanejado e distribuído de acordo com as necessidades de cada mecanismo, **DE FORMA IGUALITÁRIA.**

6 - JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO

6.1. A ordem de credenciamento obedecerá aos seguintes critérios:

6.1.1. Terão **PRIORIDADE** na ordem de classificação os proponentes que dentro do prazo estabelecido no item 5.3., tenham entregue toda a documentação necessária, **sem irregularidades**, e que **NÃO TENHAM RECEBIDO NENHUM SUBSÍDIO REPASSADO ATRAVÉS DA LEI FEDERAL Nº 14.017/2020.**

6.1.2. RESPEITANDO-SE A PRIORIDADE ESTABELECIDA NO ITEM 6.1.1., PROCEDER-SE-Á **A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO SEGUINDO A ORDEM DE PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, NO SETOR DE PROTOCOLO DA PREFEITURA, SITO A RUA 01-A, Nº 332 – CENTRO.**

6.1.3. Critérios de Avaliação do Projeto:

6.1.3.1. Aspectos de criatividade e inovação;

6.1.3.2. Número de pessoas que serão beneficiadas financeiramente pelo projeto. (Estimativa realizada a partir das informações prestadas no projeto, nos termos de compromisso e nas planilhas orçamentárias.)

6.1.3.3. Tempo de execução da contrapartida. (O tempo de execução equivale a pré-produção, produção e apresentação do projeto)

6.1.3.4. Coerência entre projeto apresentado, currículo do proponente e valor solicitado.

6.1.3.5. Alcance de Público-alvo. (Estimativa de pessoas que terão acesso ao conteúdo).

6.1.4. Critério de Desempate:

6.1.4.1. 1º: Objetividade e clareza nas informações apresentadas no projeto;

6.1.4.2. 2º: Área de atuação: Prioridade às atividades artísticas com menor número de inscritos;

6.1.4.3. 3º: Ordem de inscrição.

7 – DO VALOR A SER DESTINADO PARA O ARTIGO 2º, III, DA LEI FEDERAL Nº 14.017/2020

7.1. O valor total a ser destinado para o artigo 2º, III, da Lei Federal nº 14.017/2020 será de R\$ 120.400,00 (cento e vinte mil e quatrocentos reais), distribuídos da seguinte forma:

7.1.1. Mecanismo 1: Destinado para 8 (oito) projetos no valor de R\$ 10.000,00 (Para *Lives*, apresentações e produções audiovisuais, dentre outros, de grande porte).

7.1.2. Mecanismo 2: Destinado para 5 (cinco) projetos no valor de R\$ 5.000,00 (Para *Lives*, apresentações e produções audiovisuais, dentro outros, de médio porte).

7.1.3. Mecanismo 3: Destinado para 7 (sete) projetos no valor de R\$ 2.200,00 (Para oficinas e workshops online e/ou Lives, apresentações e produções audiovisuais, dentre outros, de pequeno porte com número restrito de artistas envolvidos).

7.1.4. Nos preços deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas de custos de: materiais, mão de obra, equipamentos, transportes, cargas, seguros, salários, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução dos serviços.

7.1.5. Os valores foram definidos e distribuídos pela Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, com o critério de atender o maior número de artistas e entidades, visto que a cidade possui uma quantidade expressiva de bandas e artistas independentes.

7.1.6. Prazo máximo para realização dos serviços: Os proponentes selecionados deverão realizar seus projetos de forma imediata, mas terão como prazo máximo 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de repasse da verba, para a pré-produção, produção e apresentação do projeto;

7.1.7. Não será permitido o acúmulo de contrapartidas no projeto, ou seja, o proponente **NÃO PODERÁ** discriminar em seus documentos mais de 01(um) projeto, mesmo que para mecanismos diferentes;

7.1.8. Notas explicativas importantes:

7.1.8.1. Todos os valores, custos e preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente do país.

8 - DOS REAJUSTES DE PREÇOS DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os preços constantes das propostas serão fixos e irrevogáveis.

9 - DO TERMO DE FOMENTO

9.1. As credenciadas, na data da homologação, serão notificadas para assinar o termo de fomento, aceitar ou, retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação.

9.1.1. A recusa injustificada da credenciada em assinar o termo de fomento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitará à mesma as penalidades estabelecidas neste Edital.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Prefeitura.

9.3. É facultado à Prefeitura, quando o convocado não assinar o termo de fomento ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no artigo 81, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data final para a entrega dos documentos para o credenciamento, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.5. Obrigações dos PROPONENTES:

9.5.1. O PROPONENTE deve submeter-se às instruções, ordens e recomendações emitidas pela PREFEITURA, no sentido do aperfeiçoamento dos projetos, devendo, ainda a reclamada notificar a PREFEITURA de eventuais reclamações recebidas de quaisquer alterações no procedimento de prestação de serviços;

9.5.2. Manter durante toda a execução do termo de fomento compatibilidade com as obrigações por ela assumidas nas condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

9.5.3. Os proponentes devem estar cientes sobre o uso dos direitos autorais existentes. Caso se aplique, o valor deverá constar na planilha orçamentária. O proponente é inteiramente responsável pelos direitos autorais;

9.5.4. Os projetos credenciados devem apresentar prestação de contas e relatório de atividades à Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer, em até 180 dias, contados da data que se encerrar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06 / 2020 (art. 16 do Decreto 10.464/2020);

9.5.5. A prestação de contas seguirá as exigências legais e sua não-apresentação ou não-aprovação estará sujeita às sanções definidas no item 12 do edital, não eximindo-se a responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei;

9.5.6. Os proponentes comprometem-se a cumprir o projeto na forma em que foi aprovado, salvo alterações com anuência dos membros da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer.

9.5.7. Obedecer todo regramento estabelecido neste edital.

9.6. Obrigações da CONTRATANTE:

9.6.1. A PREFEITURA possui amplo direito de fiscalização sobre todos os projetos a serem executados pela PROPONENTE, cabendo a esta permitir a livre atuação dos fiscais credenciados pela PREFEITURA a qualquer momento.

9.6.2. Obedecer aos critérios de remuneração, previstos no termo de fomento.

9.6.3. O proponente será comunicado da aprovação ou não aprovação de sua prestação de contas ou relatório, por e-mail. O e-mail da Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer é processoseletivocovidpmsg@gmail.com.

10 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE FOMENTO

10.1. O termo de fomento a ser firmado terá vigência até **10(dez) meses corridos**.

11 - DOS PAGAMENTOS

11.1. Para o desenvolvimento do projeto credenciado, a PREFEITURA repassará à PROPONENTE a importância global, conforme mecanismos, **EM PARCELA ÚNICA**, em até 02(dois) dias úteis após a assinatura do termo de fomento.

11.2. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente **JURÍDICA** da PROPONENTE (em caso de credenciamento de pessoa jurídica) e conta corrente em nome da pessoa física (em caso de credenciamento de pessoa física), cujos dados deverão estar indicados na proposta financeira da licitante.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de fomento de Chamamento:

12.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

12.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência.

13 – DOS ANEXOS

13.1. Fazem parte integrante e indissociável deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

13.1.1. Anexo A – Termo de Referência;

13.1.2. Anexo B – Modelo de Termo de Compromisso;

13.1.3. Anexo C – Modelo de Planilha Orçamentária;

13.1.4. Anexo D – Formulário de Dados Cadastrais;

13.1.5. Anexo E – Minuta do Termo de Fomento;

13.1.6. Anexo F – Termo de Ciência e Notificação;

13.1.7. Anexo G – Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;

13.1.8. Anexo H – Declaração de anuência quanto a divulgação de dados;

13.1.9. Anexo I – Modelo de Declaração para empresas em recuperação judicial;

13.1.10. Anexo J – Modelo de Declaração para empresas em recuperação extrajudicial.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Poderão participar deste Edital de Chamada Pública as pessoas jurídicas e físicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo cultural.

14.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

14.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

14.4. Os recursos administrativos ao presente Edital deverão ser apresentados durante o horário de expediente da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas, à Rua 01A, 332, Centro, Santa Gertrudes/SP, de acordo com o artigo 109 da Lei 8.666/93.

14.5. É expressamente vedada a transferência do credenciamento para terceiros.

14.6. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, gestão dessa licitação e termo de fomento, serão resolvidas e geridas pela Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer.

14.9. As proponentes deverão manter e-mail atualizado par ao envio de notificações.

14.10. As comunicações realizadas através do e-mail cadastrados serão consideradas válidas e perfeitas na data do envio com a juntada do comprovante do envio no processo licitatório.

14.11. A entrega de documentos implica o conhecimento e a integral concordância do proponente com as normas e com as condições estabelecidas no edital;

14.12. Os materiais encaminhados não serão devolvidos, cabendo à Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer seu arquivamento por 10(dez) anos, conforme artigo 18 do Decreto 10.464/2020;

14.13. Os projetos e iniciativas inscritos, credenciados ou não, passarão a fazer parte do cadastro da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer de Santa Gertrudes, para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural;

14.14. O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer de quaisquer responsabilidades;

14.15. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste termo de fomento não resolvidas administrativamente.

14.16. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial e regional.

Santa Gertrudes/SP, 16 de outubro de 2020.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal